

**J A L E S M A C H A D O**

**DEPUTADO FEDERAL**

---

**DEBATES NA COMISSÃO PARLAMENTAR DA MUDANÇA  
DA CAPITAL FEDERAL**

**PORQUE  
PARA ONDE E COMO  
MUDAR A CAPITAL DA REPUBLICA**

**(Discurso proferido nas sessões de 18  
e 20 de outubro de 1948)**



Snr. Presidente.

Sem ter tido a oportunidade de estudar os relatórios e documentos oferecidos pela Comissão Técnica a que se refere o § 1.º do art. 4.º das Disp. Transitórias da Constituição, por não nos terem ainda sido distribuídos, as considerações que proponho expender são de caráter inteiramente objetivo. Serão baseadas, sobretudo, no conhecimento que tenho da área escolhida e daquela que obteve o segundo lugar na votação entre os membros da Comissão Técnica, e de extensas regiões que as circundam. Das demais não me ocuparei de vez que esta Comissão, bem ou mal, resolveu que apenas essas duas, por terem conseguido congregar a totalidade dos membros daquela, deveriam ser consideradas.

Pretendo mostrar que só uma delas, atendendo, no mais alto grau, os legítimos interesses nacionais, atende simultaneamente os dispositivos da Constituição e que, em 5 anos, após o início da execução, a capital poderá ser transferida, sem sacrifícios financeiros para o país.

Preliminarmente, não obstante os termos imperativos, em que a Constituição colocou o problema da mudança, não admitirem discussão em torno de: "se se deve ou não transferir a capital", antes de entrar na análise comparativa das duas áreas, quero expender algumas observações sobre fatos, acontecimentos e consequências de ordem econômica, social, política e estratégica que, pela sua gravidade e relação com a posição atual de Capital da República, merecem ser postos em destaque, para mostrar a urgência e as responsabilidades dos trabalhos que incumbem a esta Comissão.



### **Gravidade do desajustamento entre as condições das atividades — Industriais e Agrícolas do País**

Temos sido um país tão acentuadamente agrícola, que os ciclos da nossa civilização têm sido marcados pelas oscilações dos períodos de predominância, de um sobre outros, dos nossos grandes produtos agrícolas. A nossa industrialização ficou no litoral e apenas poudes penetrar, audaciosamente, nas duas únicas direções possíveis de propagação das ondas de progresso, irradiadas do litoral: direção Rio-Minas e direção Santos-São Paulo. Mas, a mentalidade industrial, na impossibilidade de se irradiar, dada a precariedade dos fatores de propagação, ficou concentrada no litoral e, por ser mais evoluida, passou a predominar nas soluções administrativas e políticas do governo. Essa situação, agravada pelas contingências da guerra e pela vigência de uma ditadura que procreveu a colaboração dos nossos homens de maior visão, acabou por implantar o mais profundo desajustamento entre as condições em que gravitam essas duas grandes atividades, cujo equilíbrio é tão essencial à vida de uma nação.

Uma legislação trabalhista, inadequadamente avançada, elaborada sob influências que esse desajustamento agravou e deformou, por isso mesmo, inaplicável aos meios rurais ou, em outras palavras, inaplicável à quase totalidade do território nacional e mais a instituição do absurdo dirigismo econômico então posto em vigor, acabaram por criar, para as atividades rurais, um clima de verdadeiro aniquilamento, que ainda perdura. O resultado lógico, fatal, seria a corrida para as atividades protegidas, amparadas e mais rendosas. A consequência, também lógica e fatal, seria, como foi, a queda do ritmo da produção agrícola, o depauperamento econômico do mercado interno, a mais séria ameaça ao próprio surto industrial. O êxodo do campo, e a grande concentração em torno das indústrias e dos centros urbanos, além dos novos e angustiantes problemas de abastecimento criados, fez deslocar para eles, o maior potencial eleitoral do País que passou a ser presa fácil da demagogia, extremista ou não. As surpresas eleitorais, em alguns casos, se tornaram espetaculares. O Estado de São Paulo, séde de grandioso parque industrial,



passou a ser a primeira cobaia das consequências desse deslocamento. O clima para a democracia, nesses meios, se tolheu. Os postos mais salientes da política ficaram ao alcance de qualquer demagogo e o nível moral e intelectual dos corpos legislativos não poderão fugir a essa depressão generalizada.

Enquanto o governo se situar exclusivamente ao alcance da mentalidade industrial urbana, já que a rural, por dispersa, desorganizada, e cada vez mais depauperada, foi inteiramente posta à margem, dificilmente poderá ser alcançado o almejado e necessário equilíbrio. Mas, um dia, o extremo depauperamento do mercado interno, acarretará a exaustão das indústrias e novos ciclos se alternarão, já agora, entre a indústria e a agricultura.

Somos um vastíssimo país de possibilidades imensas e, portanto, destinados a nos tornarmos um dos maiores mercados internos do mundo. Nele está o grande futuro da indústria nacional, uma vez que se apoiem mutuamente. O rompimento do equilíbrio, acarretando o estiolamento, ora de uma, ora de outra atividade, será incompatível com a expansão normal das nossas forças econômicas. De significação altamente nociva será, pois, qualquer influência exagerada de uma dessas atividades, em detrimento da outra. Na América do Norte, quando a guerra tornou eminente a predominância das atividades industriais, o governo equidistante delas, pôde prever e evitar o desajustamento que parecia inevitável. Gravou a produção industrial e, com os recursos resultantes, subvencionou a lavoura. O equilíbrio foi mantido e aquela República passou a exportar gêneros alimentícios para todo o mundo inclusive para o Brasil. (Boletim Americano informativo do Bureau Comercial do Brazil, nos E. U., de setembro, ainda afirmava a existência dos subsídios à lavoura).

Aqui se deu justamente o contrário. Um dirigismo econômico sui generis, de tabelamentos unilaterais, foi instituído contra a lavoura que entrou em fase de aniquilamento progressivo, enquanto indústrias fictícias tinham nele clima propício e se enriqueciam, atraindo os braços da lavoura inteiramente indefesa e desassistida. Antes, a imigração estrangeira, geralmente, supria as necessidades de nosso parque



industrial e, ainda, sobrava para as atividades grícolas, onde desempenhava papel de verdadeiras escolas de trabalho.

As grandes penetrações ficavam reservadas aos nacionais, dado o seu espírito bandeirante e resistência às agruras do meio. O dirigismo da ditadura, ainda mantido, inverteu a marcha e os trabalhadores dos campos refluem para as indústrias e centros urbanos, com as consequências mais desastrosas, cujos efeitos estamos começando a sentir. O interior, deixando de oferecer atrativo para os próprios nacionais como pretender, para êle dirigir a colonização estrangeira? Enquanto êsse desajustamento nos rouba essa grande oportunidade, de após guerra, a Argentina, mais avisada, atráe e recolhe êsse grande potencial de produção e aperfeiçoamento.

Tivesse a lavoura laivos de influência nas esferas governamentais, isso não se daria e, sobretudo, não teríamos cometido o êrro tremendo de entrar pelo caminho dos aumentos de vencimentos como remédio ao encarecimento do custo da vida, sob a pressão do potencial eleitoral crescente em tôrno das indústrias e centros urbanos.

As consequências estão aí patentes. Desequilíbrio orçamentário acarretando alta de imposto ou corte nas obras de recuperação econômica. Uma ou outra significando depauperamento das forças produtoras. A essa situação não chegaríamos sem a influência unilateral e incontrastável da mentalidade industrial-urbana e se o govêrno, mais próximo do âmbito das atividades rurais, sentindo seus problemas e suas vicissitudes, tivesse evitado tão ruinoso desajustamento, ou, quando menos, a sua permanência. Agravando a desvantagem de distância temos que admitir também a maior capacidade de influência da mentalidade industrial, indubitavelmente mais evoluida e traquejada, no nosso País. Tudo isso indica que as atividades rurais estão a exigir mais assistência, mais vigilância, mais estímulo da parte do govêrno. Portanto, ante as perspectivas atuais, nenhum fator poderá ser mais preponderante no restabelecimento dêsse equilíbrio, tão necessário ao harmônico desenvolvimento da produção nacional, que a interiorização urgente da Capital do País. Só então um govêrno poderá se intitular "govêrno de todos os brasileiros".



Conhecedor da nossa interlândia e observador das reações, provocadas pela criação de facilidades de transporte, sobre zonas de potencial econômico intrínseco e dos efeitos de um desenvolvimento harmônico e equilibrado agro-industrial, considero a mudança o mais eficiente passo da nação no sentido da sua ressurreição econômico-social .

### **Razão estratégica**

Mas há um outro fator que, julgado hoje de pouca monta, para o Brasil, eu o considero também fundamental — o estratégico.

Motivos dessa ordem, em pleno século da aviação, determinaram a mudança da Capital da Rússia e da Turquia. Na guerra moderna, a ofensiva e a defensiva se apoiam, fundamentalmente, na retaguarda, isto é, na capacidade de resistência interna. E esta, só tem sentido se entendida como capacidade de produção (industrial e rural) e de circulação. Se a capital, no planalto, atende ao máximo, como veremos, o desenvolvimento dessa capacidade de resistência, claro está que a sua localização aí, atende ao supremo interesse de ordem estratégica nacional. Nesse particular, a capital no Rio de Janeiro, cercada e dominada pelo mais agressivo conjunto orográfico que se possa imaginar, é como se, num corpo humano, estivesse o coração encravado num quisto, à pele da barriga. Ao primeiro golpe seria desligado, deixando exangue todo o sistema nacional. E não se alude apenas a um golpe externo mas, até aos provenientes de naturais fenômenos meteorológicos. Já vimos os transtornos que a queda de um tunel da Central, por excesso de chuva, causou ao abastecimento de gêneros alimentícios da Capital. E quem poderia evitá-los golpes semelhantes de um ataque aéreo provindo até de porta aviões? Objetar-se-á que a capital no planalto não estaria livre de ataques aéreos. É verdade. Mas, ali, comunicações seriam restabelecidas ou novas seriam abertas, em horas, e as possibilidades de defesa muito maiores. Além disso, o seu planejamento poderá levar em consideração as novas condições para tirar o máximo proveito, no campo estratégico.



### Outras razões

Entre outras razões, não fundamentais, está a da absorção do governo por problemas secundários a que não se pode furtar como ninguém se pode esquivar às influências do meio, enquanto permanecer no Rio de Janeiro. Aqui, tempo, esforço, energia serão desviados do essencial para o superficial, do geral para o particular, de modo inevitável, como inevitável seria não desviarmos nossa atenção de um trabalho profundo de pensamento quando, à nossa volta, ao alcance da nossa vista e dos nossos ouvidos, há desentendimentos, algazarra e até grito de alarme ou socorro, ainda quando não nos digam respeito.

Essa será a situação do governo, ninguém ousará contestar, enquanto permanecer no núcleo dos trepidantes e absorventes problemas sociais, e até de abastecimento, da cidade maravilhosa.

### Consequência para a Cidade do Rio de Janeiro

Há uma grande oposição dos que, mais preocupados com os próprios problemas regionais, ou por simples motivos sentimentais, receiam a decadência da cidade, com a mudança da capital.

Na verdade, para os próprios interesses vitais dela, a mudança é uma necessidade.

Centro distribuidor de um dos melhores e maiores portos do continente, detentora do mais belo quadro panorâmico do mundo, sede de um grandioso parque industrial, o seu desenvolvimento só terá limites nos fatores naturais que cerceiam a expansão indefinida de qualquer cidade do mundo. Além deles, só forças excepcionais poderão forçar o crescimento. Mas isso custará sacrifícios quase sempre funestos. É claro que o crescimento da população de uma cidade acarreta um aumento das suas necessidades, em quantidade e qualidade. A satisfação dessas necessidades têm limites nas possibilidades de acesso das utilidades, na capacidade econômica de conseguí-los em quantidade suficiente, e na, de eliminação



dos detritos que se relacionam com a constância de satisfatório estado sanitário.

A permanência da capital no Rio forçará, se já o não está forçando, o ultrapassamento dos limites naturais. O racionamento de gêneros em tempos normais o congestionamento dos transportes urbanos, o desenvolvimento de moléstias infecciosas, e algumas até com índices alarmantes, como a tuberculose, são indícios de que o limite de crescimento, ou pelo menos o seu ritmo, está sendo ultrapassado.

O problema da saturação demográfica dos estados e capitais é de tal importância que tem sido objeto de meditação e estudos aprofundados de grandes professores, belgas, franceses, ingleses, americanos etc. como VERHULST, LOWELL, REED, RAIMOND PRAT, UDNY YULE etc. conquanto possa ser taxado de simplista ou primário pelos opositoristas sistemáticos. A mudança da capital eliminará esse pesadelo que paira sobre a “cidade maravilhosa” e deverá ser desejada pelos que meditam serenamente no seu futuro. Acresce que, não sendo capital, deixará de ser alvo preferencial, em caso de guerra.

### **Influência da posição da Capital na propagação harmônica do progresso de uma nação**

Bem governar um país é fazê-lo vibrar ao influxo da ação orientadora, disciplinadora e estimuladora dos seus órgãos administrativos cuja sede — a sua Capital — é o centro irradiador da energia propulsora.

Essa vibração deverá cobrir harmônica e equitativamente todo o território nacional, sem o que a hipertrofia de umas regiões sobre outras provocará fenômeno idêntico ao de um sistema circulatório de um corpo humano, onde alguns membros, privados do plasma vital, definham e passam a comprometer o equilíbrio de todo o organismo, com consequências funestas sobre a sua capacidade produtora. O caso brasileiro nos oferece disso os mais frisantes e contristadores exemplos. Daí a vital importância da situação do centro propulsor, da capital de um país, em relação ao conjunto das suas células componetes. Mal situado, causaria distúrbios tão



graves quanto os oriundos de uma circulação impulsionada por um coração desviado de sua posição normal. O problema, pois, da escolha dêsse núcleo vital é dos mais sérios e complexos.

A queda de um corpo pesado sobre uma superfície líquida, tranquila, um lago por exemplo, provoca uma vibração que se propaga por meio de um movimento ondulatório sinusoidal, ondas concêntricas, que, enfraquecendo a medida que se afasta do centro, atinge grandes distâncias. (Cartogramas I, II, III). Esta é a imagem com que, aos leigos, se dá uma idéia da propagação das ondas hertezianas, essa maravilha que leva, através dos rádios, a todos os recantos e camadas, a voz do progresso e da civilização.

Nenhuma outra imagem poderia ser invocada que melhor, mais perfeita e fielmente, pudesse traduzir o fenômeno da propagação das grandes vibrações de ordem administrativa, econômica e social, através da superfície de uma nação. Os princípios que regem um, são inteiramente aplicáveis ao outro caso. A infalibilidade deles pode ser constatada, em qualquer capital do interior, quando se observa o modo de propagação do progresso de que se tornou centro.

Suponhamos o Brasil uma superfície absolutamente plana, constituído de terras, vegetação, distribuição de águas, clima e tudo mais, perfeitamente constante e homogêneo. Para se colher o máximo de eficiência de um movimento vibratório sobre toda a superfície, este, evidentemente, deveria ser deflagrado no centro geográfico, identicamente como se se tratasse de um grande lago contínuo e homogêneo. Mas, na realidade, essa hipótese não ocorre. A semelhança real seria com um lago ostentando afloramentos, ilhotas, bancos de areia etc. Então, já o centro propulsor, só por mera coincidência se poderia confundir com o centro geográfico porque elementos estranhos entrariam a perturbar a propagação do movimento vibratório. (Cartogramas I, II, III).

Este é, exatamente, o caso da atual capital brasileira, instalada no litoral e bloqueada pelo agressivo conjunto orográfico que a cerca. A influência, de irradiação concêntrica, (cartograma I) sacrificada de 50% (a dirigida para o Atlântico), se propagaria, naturalmente, no sentido de menor re-



sistência e por isso se espraiou pelo litoral, de terras pobres, instituindo gritante contraste entre o progresso dêste e do interior, de terras ricas, chegando mesmo a quase estabelecer as lindes de duas civilizações. (Cartograma "Ecumeno do Brazil" de Lucas Lopes). A capital no Rio de Janeiro, quando não conhecíamos e mal podíamos alcançar a nossa interlândia, se justificava e marcaria mesmo uma etapa importante da nossa evolução. Mas a sua incapacidade para propagar o progresso por todo o território nacional desde logo, se tornou tão evidente (Cartograma I) que, ao iniciarmos nossa vida republicana, os mais eminentes estadistas brasileiros, da constituinte de 91, houveram por bem determinar a sua mudança para o planalto central. Temos pago caro o não cumprimento dêsse dispositivo constitucional. A defeituosa situação do seu centro propulsor criou para a nossa pátria o triste paradoxo de *"um povo paupérrimo pisando uma das mais ricas terras do mundo"*.

A Constituição de 1946, consagrando a maior aspiração do povo brasileiro, repetiu, agora, de modo imperativo, o dispositivo que determina a mudança da capital.

O problema está hoje restrito à localização da sede dentro do planalto e a execução do plano, a ser elaborado, para concretização dêsse grande ideal da nação brasileira.

### **Atributo essencial da sede de uma capital**

Conhecidos, pela analogia com as ondas líquidas, os princípios de propagação do progresso, em função da posição do centro propulsor, no caso, a capital, perfilhemos, com o auxílio deles, a melhor solução para o caso brasileiro. Qual o ponto que dará à sede do governo a possibilidade de, com o mínimo de dispêndio de energia, fazer vibrar, ao máximo, as ondas de progresso? (Cartogramas I, II, III).

Indubitavelmente pelas vias de transporte, na sua expressão mais lata, terrestres, marítimas, fluviais, aéreas, é que se propagam essas ondas milagrosas.

Portanto, o ponto ideal para centro de propulsão, isto é, para sede de capital, será aquele que, contendo qualidades de clima e salubridade, contenha, simultaneamente, o privi-



légio de centro natural de irradiação do sistema circulatório, fundado no aproveitamento total de elementos, possibilidades e facilidades naturais existentes, através do qual, ondas de progresso material e social, em todas suas manifestações, possam alcançar e fazer vibrar todos os recantos do território nacional. Na descoberta dêsse ponto ideal reside a complexidade do problema. (Cartograma III).

### **A contribuição da natureza para a solução do problema, no Brasil**

Mas, para o Brasil, talvez por ser Deus brasileiro, a natureza se encarregou de simplificar o problema. A solução ideal se apresenta tão nítida e impositivamente que, na primeira tentativa, quando mal conhecido era o conjunto do nosso território, e as condições universais ainda não estavam afetadas pelas violentas transformações, impostas por duas guerras mundiais sucessivas, foi logo deparada, em 1891, pela Comissão Cruls. Os anos se sucederam, chegou a era da aviação, o conjunto do panorama brasileiro foi inteiramente desvendado e os técnicos, dispondo agora dos mais aperfeiçoados meios de indagação, não puderam chegar a outra conclusão, com ligeira divergência, onde há grande dose de influência político-regional.

Mesmo sem ser técnico, quem se debruçar sobre um mapa do Brasil, e meditar sobre a disposição do conjunto de seus sistemas topográfico, orográfico e potamográfico e, sobretudo, sobre o seu aspecto climático e geo-econômico, há de concluir, irremediavelmente, que o quadrilátero Cruls, no planalto central é o ponto que a natureza reservou para posto de comando definitivo dos nossos destinos. (Cartogramas I a VI).

É o centro natural e insubstituível do maior e mais econômico sistema circulatório da América do Sul e talvez do mundo, e que só não está estabelecido em virtude da distorsão absurda, que uma capital, inteiramente deslocada, está forçando, à solução natural dos problemas fundamentais do Brasil.

Dêsse e para êsse planalto, diretamente, divergem ou convergem as bacias do S. Francisco, do Parnaíba, do Tocantins,



do Araguaia, do Xingú e do Paraguai. Indireta, mas naturalmente, a do Tapajoz, do Madeira, do Purús, do Juruá e portanto do próprio Amazonas, através do espigão divisor das águas amazônicas e platinas, que, desde a fronteira do Perú, quase em linha reta, avança para o planalto Cruls. (Cartogramas I a VI).

### Consequências imediatas

A Capital aí, como centro, forçará imediatamente o estabelecimento do mais econômico e talvez maior sistema ferro-rodó-fluvial do mundo, atingindo uniformemente todo o território nacional com o aproveitamento integral de todas as possibilidades de navegação fluvial. E surgirá articulado e coordenado com tudo quanto, em matéria de transporte, já se tem realizado neste país (Cartogramas I a VI). Do plano nacional de viação, completado com o sistema rodó-fluvial, instituído pelo projeto Jales Machado (n.º 776-48), tendo por centro natural o planalto Cruls resultarão:

a) um sistema "*radial*" de vias de comunicação e transporte atingindo todos os recantos do Brasil. (Cartograma n.º IV).

b) um sistema "*circular*" envolvente, representado numa série de circuitos fechados que se ampliam e se expandem centrifugamente, cobrindo todo o território nacional. (Cartograma n.º V).

O despertar das energias brasileiras, a oportunidade de todas as unidades federativas colaborar na produção nacional, serão uma consequência inevitável. A conquista real da Amazônia com o desencadeamento do seu fantástico potencial econômico, desde o petróleo, às riquezas extrativas e florestais, até suas possibilidades agro-pecuárias; o escoamento racional, com seus efeitos estimulantes, da produção exportável de todo o Brasil central; a disciplinação e racionalização de nossa marcha para Oeste, evitando a criação de economias fechadas; a solução natural do problema do índio; a coloni-



zação por nacionais e estrangeiros a espraíar do centro, descendo pelos grandes vales amazônicos (Cartograma n.º VI); o descongestionamento das duas principais saídas da exportação brasileira — Rio e Santos; o descongestionamento dos centros urbanos; a ampliação do âmbito de nossas relações políticas e econômicas com o Paraguai, Bolívia, Perú, Equador, e Venezuela, a quem podemos dar passagem direta para os grandes mercados do mundo, além de lhes franquear o nosso próprio mercado; a possibilidade de nossa participação no petróleo produzido nesses países com a instalação, em região adequada, de uma refinaria, em convênio internacional, libertando-nos dos fornecedores extracontinentais que nos poderia faltar em casos de guerra; o fortalecimento econômico, financeiro e social e o decorrente levantamento do nível de vida das populações interiores; em resumo, o vislumbrar de uma verdadeira ressurreição nacional, serão as perspectivas imediatas que nos oferece a implantação da nossa Capital no planalto Cruls.

### **Porque Planalto Cruls e não Triângulo Mineiro**

O nobre deputado Israel Pinheiro, como um plêiade de estadistas do presente e do passado, também era pelo planalto Cruls. Entretanto, tendo a Comiss.º sancionado o seu ponto de vista, socorre-se do parecer de uma subcomissão técnica e defende a solução do Triângulo Mineiro, porque, acha que só para ali há possibilidade da mudança imediata, por possuir melhor rede de transporte. Realmente outro não deve ser o motivo porque de toda a brilhantíssima análise que procedeu, dos estudos realizados, não poudé tirar uma conclusão que, em realidade, abalasse os argumentos que tornam o quadrilátero Cruls a solução ideal. Todas as premissas que estabeleceu reforçam o acerto da escolha da Comissão técnica. A pequena superioridade na rede de transporte se explica pelo fato da expansão demográfica, aí ter chegado primeiro, exatamente por estar na passagem forçada para Goiás de vez que a expansão só poderia provir de S. Paulo ou do Rio de Janeiro, pelas duas únicas aberturas da serra do Mar. Mas, é de se notar que as duas melhores rodovias que cortam



a zona pretendida são exatamente as que demandam Goiás, do comércio dele vivem, e se prolongam até o planalto Cruls.

Da mesma forma, a única E. de Ferro que a tangencia, a C. Mogiana, se prolonga, pela E. F. Goiás, para tangenciar também o planalto, crescendo que, em Goiandira, a E. F. Goiás entronca com a Rêde Mineira de Viação que, reforçando-a, dá ligação direta com o Oeste mineiro, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória.

Se é verdade que a Cia. Paulista está próxima do Triângulo, também a Central do Brasil está além S. Francisco, em Pirapora, e com projeto para penetrar no planalto Cruls. Não há, em absoluto, superioridade tão relevante, para se tirar a conclusão de que se fôr para o Triângulo se possa promover, com mais rapidez, a mudança. Longe disso. Seria, isso sim, uma solução provisória porque, mais hoje ou mais amanhã, a capital teria que ocupar o lugar que a natureza lhe destinou, imperativamente.

Mas, pergunto eu, seria constitucional a escolha da região do Triângulo? Poder-se-á considerar essa região planalto Central? É verdade que o dep. Israel Pinheiro exibiu um mapa do Conselho de Geografia, com a indicação de um planalto Central, de tamanho superior a 1/3 de território brasileiro. Mas S. Exa. mesmo, como engenheiro, em sã consciência, não aceitaria semelhante absurdo de considerar planalto central uma superfície contendo toda sorte de anfruosidade e todas as altitudes, desde 150 até 1.500 metros.

Na área indicada, para distrito federal, apenas uma percentagem mínima atinge a altitude de 700 metros porque na realidade, nada mais é, que um "*plano inclinado*" para o Paranaíba, que o atravessa na altitude de 400 metros. Nem seria razoável chamar planalto Central de um país, com três bacias cardiais entrelaçadas, uma área restrita, à margem de um rio tão caudaloso como o Paranaíba, do qual, o principal afluente, o Corumbá, tem suas nascentes daí a 400 quilômetros, exatamente no tradicional e incontestável planalto que domina as três bacias brasileiras. Decididamente a solução pela região do triângulo mineiro, choca-se com o preceito constitucional. Mas, o meu ponto de vista, é que não deveríamos dêle nos prevalecermos em prejuízo da melhor solução do



problema. Mas, sob nenhum outro aspecto ela superaria a solução da Comissão Técnica, como vamos mostrar.

Já afirmei que na escolha dessa região havia grande dose de motivo de ordem política regional. Realmente, um dos mais brilhantes membros da comissão, o ilustre engenheiro Lucas Lopes, na sua notável "Memória sôbre a mudança do Distrito Federal", indiscutivelmente gênese dessa variante de escolha, escreveu:

"Esta foi a área que nos indicou, certa vez, o *Governador Benedito Valadares*, com a sua *visão aguda de político e estadista*, como sendo a que merecia maiores estudos. Foi de sua indicação que nos veio o desejo de estudar melhor o assunto e procurar definir as bases concretas de sua justificativa.

"Percorremos a região, *como auxiliar do govêrno de Minas*, e mandamos estudar por engenheiros, botânicos, agrônomos e zootecnistas, os aspetos mais destacados de sua geografia, de sua geologia e de suas condições de ecologia vegetal e animal. Estudamos, sob todos os aspectos que nos ocorreram, as condições do meio, dos transportes, das fontes de energia e da economia atual que a região apresenta. De tôdas as nossas pesquisas e observações pudemos concluir das vantagens excepcionais da região indicada e das possibilidades "imediatas" de se tornar ela o Distrito Federal do futuro."

Mas, sob o ponto de vista estadual mineiro, entendo que a solução mais conveniente coincidiria com a localização no planalto Cruls pois disso se beneficiaria enormemente o Norte de Minas, tão mais necessitado de estímulo que o Triângulo porque êste já recebe o influxo direto da formidável rede ferro-rodoviária paulista.

O Triângulo seria, isto sim, uma solução ideal para os interesses regionais de São Paulo. Um golpe de vista sôbre o mapa mostrará o que isso representaria para o comércio, a indústria e tôdas as inúmeras atividades econômicas do grande Estado de São Paulo.

Como já disse, não tive oportunidade de ler os relatórios parciais e portanto não conheço a opinião do Engenheiro Lucas Lopes sôbre o planalto Cruls. Mas sei que todos os ar-



gumentos que deparou e expendeu em “Memória” a favor da área que estudou, se aplicados ao planalto Cruls, demonstrariam, como demonstram, desde logo, a sua incomparável superioridade, para o fim previsto.

Como centro do sistema circulatório nacional com o mínimo de resistência para o aproveitamento de tôdas as possibilidades naturais, isto é, como centro irradiador de energia vibratória, para todo o país, o planalto Cruls é insuperável. (Cartograma III). O seu destino como centro irradiador de transporte é tão espontâneo que, já hoje, as estradas que dali divergem, construídas, sem planificação, e pelos próprios interessados, já denotam essa tendência. Já há uma estrada para o Vale do S. Francisco que se bifurca, dirigindo-se um ramo para Januária, Minas, e outro para Barreiras, Bahia; outra, rumo ao norte, procurando a chapada dos Veadeiros; outra, para o Tocantins, via Peixe; outra, para o Araguaia rumo divisor das águas Amazônicas e Platinas; outra, para o Sudoeste, rumo Corumbá de Mato Grosso, demandando a bacia do Paraguai; outra, para Colúmbia, S. Paulo, margem do rio Gande, bacia do Paraná; outra, para S. Paulo, cortando o Triângulo, que se bifurca em Uberaba, rumo Belo Horizonte e Rio de Janeiro; outra, procurando o Oeste de Minas, passando por Cristalina e Paracatú. Está ligado, por três vias, à E. F. Goiás, isto é, a Anápolis a Vianópolis e a Ipameri.

Isto mostra a força do seu destino e também que não é um sertão onde não se possa desde logo dar passos concretos no sentido de qualquer realização.

### **Estudo comparativo**

Uma minuciosa revista nos atributos alinhados em “Memória” do Eng.<sup>o</sup> Lucas Lopes, numa série de impressionantes cartogramas, demonstra, pela simples inscrição neles, do planalto Cruls, que todos os requisitos proclamados são comuns a este. Mas há uma série deles que não se apresenta no Triângulo.

A densidade demográfica que em 1940 era favorável à região do Triângulo hoje já foi ultrapassada pela do planalto.



As fontes de energia hidráulica, na região do Triângulo estão concentradas ao longo de uma mesma linha, e são susceptíveis de violentas reduções no período das chuvas quando as enchentes fazem desaparecer, quase, totalmente, os desníveis, anulando o fator volume que é o predominante. Na região do planalto, a cavaleiro das três bacias, as caudais sendo menores, são entretanto numerosas e distribuídas em todo o seu derredor. O aproveitamento paulatino de várias fontes de energia, devidamente planificado, obrigaria uma distribuição automática através de amplas regiões, dando lugar a uma larga e racional eletrificação rural cuja influência, na produção e na elevação do nível de vida, é incontestável. Alinha, para a região do Triângulo, a potência de 1.485.000 Kw.. Os estudos, em curso no planalto, ainda em começo, já mencionam, apenas para uma parte do Tocantins, 145.000 Kw..

Com relação aos solos poucos férteis, nada menos consistente. Se as terras, às margens do Paranaíba e do rio Araguari, são fertilíssimas e as do Corumbá, menos boas, não ocupam contudo grandes superfícies. Em compensação as altitudes acima de 500 metros são das piores terras e tão arenosas que, nas estradas, há necessidade de constante remoção de areia por meio de *scrapers*. As terras aqui são absolutamente improdutivas e impróprias à pecuária pois no inverno não sustentam o gado. No planalto, ao contrário, as terras se prestam à agricultura, tanto assim que ainda agora foram preferidas por um triticultor americano que lá está preparando uma plantação de 500 sacos de trigo e uma companhia, dirigida pelo Sr. Hugo Borghi, outra, de 300 sacos. As pastagens aí, no campo, ao contrário das do Triângulo, são ótimas e no rigor da seca o gado continua gordo e reproduzindo normalmente. Nos municípios de Corumbá, Perinópolis, Jaraguá, que lhe são vizinhos, as terras de trap diabásico ou basáltico ocupam enormes extensões nas serras e margens dos rios onde estão surgindo promissoras lavouras de café. Ainda, recentemente, Lunardeli, o rei do café, adquiriu uma grande fazenda, contígua à de outra Cia. paulista que lá está formando um milhão de pés.



Os cereais e cana de açúcar produzem em escala máxima, jamais superada em qualquer outra região do Brasil .

Enquanto no cartograma IV, de Memórias, se confessa que, com relação à borracha, mate, algodão, café, cacau, minerais, a produção na região do Triângulo é inexpressiva, nos municípios vizinhos ao planalto se produz café, trigo e minerais, tais como os minérios de níquel, em Niquelandia; o ouro, em quase toda a região; o rutilo, em Pirenópolis; a mica, no Peixe; cristal, em Cristalina; esmeraldas, na serra dourada, etc. A observação do cartograma XVIII que indica as linhas de relevo do Brasil, mostra como a natureza através delas reservou as passagens naturais para irradiação do grande sistema circulatório, de que será centro o planalto.

Todos os cartogramas só não indicam igualdade de condições quando a superioridade do planalto é manifesta e evidente. É a conclusão do estudo comparativo dos temas considerados em "Memória". Se a inteligência e a cultura técnica de Lucas Lopes, em lugar de se exercitarem na região restrita, indicada *pela intuição política de Benedito Valadares*, tivesse tido, então, a oportunidade de repetir tudo em relação ao planalto Cruls, que naquele tempo ele desconhecia, não teria surgido o objeto da divergência, a princípio, de 3 e depois de 5 membros da Comissão técnica.

Mas a missão que a natureza reservou ao planalto Cruls, como sede do posto de comando dos nossos destinos, é tão imperativa que o trabalho notável de Lucas Lopes e o talento e a combatividade incomparável de Israel Pinheiro terão que ceder à luz de mais aprofundada observação e conhecimento direto das duas regiões, em frente ao panorama nacional.

Com relação aos inconvenientes de uma área exagerada para sede do Distrito Federal, apóio inteiramente o ponto de vista do deputado Israel Pinheiro. Sou de opinião que se deveria restringir o Distrito ao já demarcado quadrilátero Cruls e talvez com ligeiro acréscimo para o Sul. Isto, além de simplificar e apressar a solução do problema, situaria o Distrito bem em frente ao espigão divisor Amazônico-Platino, futura espinha dorsal do mais portentoso sistema rodo-fluvial do mundo, chave do nosso petróleo e da recuperação econômica da Amazônia. (Cartogramas I a VI) .



### Urgência da mudança

Medida que visa: situar a capital da República na exata e natural posição de centro propulsor do mais perfeito e racional sistema circulatório continental, cobrindo todo o território pátrio e influenciando países vizinhos, e por meio dele, acordar, fazer vibrar tôdas as forças vivas da nação; pôr a serviço do seu povo tôdas as forças econômicas, até então, em simples estado potencial, elevando-lhe o nível de vida, num movimento de verdadeira recuperação de tempo malbaratado; garantir-lhe defesa e capacidade de resistência aos ataques externos, enquanto, simultaneamente, toma posição adequada a promover o necessário equilíbrio, na expansão das forças industriais e rurais, é problema de primeira grandeza e da máxima urgência.

Nenhum sacrifício deve ser poupado, para sua consecução. O círculo vicioso: “não se muda a capital por efeito da crise financeira; as crises se sucedem porque a falsa posição da capital, não permite a mobilização das possibilidades nacionais”, deverá ser rompido, a qualquer custo.

A sucessão de crises periódicas é mal crônico do Brasil. O remédio é o levantamento de suas forças econômicas de que a boa localização da capital é elemento primordial, como já demonstramos. Nas crises agudas é que se aplicam os grandes remédios, as mais drásticas e corajosas terapêuticas. O argumento de que não é oportuno promover as medidas conducentes à mudança, nesta hora, é portanto absurdo e só pode envolver indiferença patriótica quando não doentio derrotismo, incompatível com os verdadeiros interesses do Brasil. Admitido, cairíamos no seguinte paradoxo: Adia-se a terapêutica porque o doente passa bem; a terapêutica não é aplicada porque o doente passa mal. Semelhante atitude caracterizará, na mais absoluta identificação, o que pitorescamente denominamos o *amigo da onça* da nacionalidade. Nesta emergência devíamos mirar o exemplo, de que São Paulo tem sido fértil, do fazendeiro que, nos dias de folgança financeira, troca a fazenda pelo conforto das cidades. Mas, deflagrada a crise, a providência salvadora é o retôrno imediato à propriedade para, no próprio seio dela, estimular-lhe a pro-



dução. Esse fato deverá constituir proveitosa lição aos que, mais distantes do problema, ainda alimentam indecisão.

### Recursos Financeiros

Na verdade a mudança da capital não exigirá sacrifícios de ordem financeira. Não obstante, no caso brasileiro, empreendimento algum terá caráter mais reprodutivo que esse, tais as repercussões de toda ordem que farão estremecer, numa arrancada para frente, todo o território nacional.

O investimento inicial será imediatamente recuperado em tempo talvez de, pela reinversão, suportar, direta ou indiretamente, as exigências da expansão natural. Isso estimulará por tal forma o empreendimento inicial que, então, poderá ser comparado, realmente, ao pequeno esforço de demarriage sobre um motor de explosão que, ao lado da multiplicada energia, que passa a irradiar, recupera à da própria demarriage. Quero me referir aos recursos com que a valorização rápida e crescente dos terrenos urbanos, podem desde logo oferecer, diretamente ou como garantia de empréstimos. E esses recursos podem atingir proporções bem ponderáveis. Para termos uma idéia do montante desses recursos, tomemos, como exemplo, a cidade de Goiânia, a última capital construída e situada no próprio planalto central.

Ali, atualmente, um lote de terreno de  $15 \times 20$ , isto é, de 300 metros quadrados, atingiu o valor de Cr\$ 200.000,00 ou seja perto de Cr\$ 700,00 o metro quadrado. Mas, a média que fica aquém da realidade é a de 100 cruzeiros por metro quadrado.

Admitamos a expansão da cidade dentro de um perímetro envolvendo uma área equivalente a de um círculo de 10 quilômetros de diâmetro, isto é, de 75.000.000 de metros quadrados. Atribuindo 40% dessa área para logradouros e edifícios públicos teremos uma área loteável de 45.000.000 de metros quadrados. Como artifício financeiro, dos lotes numerados seguidamente, seriam postos a venda, sucessivamente e mediante planos previamente estudados, apenas os lotes de número ímpar. Assim serão reservados, alternadamente, lotes



em tôdas as zonas à espera de valorização natural, certa e inevitável.

Admitamos, ainda, a hipótese, bem pessemista, de que, a título de estímulo, de acôrdo com a localização dos lotes e em relação ao tempo decorrido das vendas iniciais, se promovam vendas de acôrdo com o seguinte quadro, desprezado o custo para o govêrno, que não ultrapassará de meio centavo, por metro quadrado.

|            |                                                              |  | Cr\$                      |
|------------|--------------------------------------------------------------|--|---------------------------|
| 1)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 10/m <sup>2</sup> ...  |  | 22.500.000                |
| 2)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 15/m <sup>2</sup> ...  |  | 33.750.000                |
| 3)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 20/m <sup>2</sup> ...  |  | 45.000.000                |
| 4)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 25/m <sup>2</sup> ...  |  | 56.250.000                |
| 5)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 30/m <sup>2</sup> ...  |  | 67.500.000                |
| 6)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 35/m <sup>2</sup> ...  |  | 78.750.000                |
| 7)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 40/m <sup>2</sup> ...  |  | 90.000.000                |
| 8)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 45/m <sup>2</sup> ...  |  | 101.250.000               |
| 9)         | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 50/m <sup>2</sup> ...  |  | 112.500.000               |
| 10)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 60/m <sup>2</sup> ...  |  | 135.000.000               |
| 11)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 70/m <sup>2</sup> ...  |  | 157.500.000               |
| 12)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 80/m <sup>2</sup> ...  |  | 180.000.000               |
| 13)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 90/m <sup>2</sup> ...  |  | 202.500.000               |
| 14)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 100/m <sup>2</sup> ... |  | 225.000.000               |
| 15)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 110/m <sup>2</sup> ... |  | 247.500.000               |
| 16)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 120/m <sup>2</sup> ... |  | 270.000.000               |
| 17)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 150/m <sup>2</sup> ... |  | 292.500.000               |
| 18)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 160/m <sup>2</sup> ... |  | 315.000.000               |
| 19)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 170/m <sup>2</sup> ... |  | 337.500.000               |
| 20)        | 5% ou 2.250.000 m <sup>2</sup> a Cr\$ 180/m <sup>2</sup> ... |  | 360.000.000               |
| Soma ..... |                                                              |  | <hr/> 3.329.800.000 <hr/> |

Assim vemos que só os terrenos, dentro dêsse limite, poderão concorrer com recursos no montante de Cr\$..... 3.300.000.000,00. Essa hipótese será perfeitamente realizável e em prazo relativamente curto, se a mudança entrar em



fase de realização, tão concreta, que afaste qualquer dúvida quanto à sua efetivação.

Mas, a esse tempo, com quanto estarão concorrendo para a expansão e aperfeiçoamento da cidade, as suas rendas ordinárias ?

Escolhido o planalto Cruls para séde da Capital, o sistema rodo-fluvial, cartograma n.º VI, instituído pelo projeto Jales Machado (776-48), base do plano de recuperação econômica da Amazônia, será simultaneamente um dos mais importantes sistemas de acesso à futura capital. Assim, estritamente conjugados os comuns e recíprocos interesses, os recursos emanados das disposições constitucionais passarão a atender duas finalidades fundamentais para a vida nacional .

De acôrdo com esse projeto os recursos serão os seguintes, por ano e em ritmo crescente:

|                                                                                                                                                                                             | Cr\$                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| a) Para construção do tronco A (Anápolis-Perú) pelo divisor das bacias Platina e Amazônica. 10% do fundo rodoviário e mais 10% do fundo da Valorização Econômica Amazônia (crescente) ..... | 80.000.000,00         |
| b) Para construção dos radiais de I a X, 50% do fundo da Valorização Econômica da Amazônia (crescente) .....                                                                                | 200.000.000,00        |
| Total mínimo por ano .....                                                                                                                                                                  | <u>280.000.000,00</u> |

Na sua grande parte, a topografia é tão favorável que, com equipamento mecânico semelhante ao em serviço na ligação Anápolis-Belém, inclusive obras de arte, o custo quilométrico da construção das rodovias não ultrapassará de Cr\$ 200.000,00.



Nessas condições poderão ser construídos, por ano, 1.400 quilômetros ou 7.000 quilômetros em 5 anos. Projeto Jales Machado (776-48).

Com isso incorporar-se-á ao sistema, 12.000 quilômetros de vias fluviais, nas bacias do Prata e do Amazonas.

Por outro lado, as ligações rodoviárias, com a bacia do S. Francisco, poderiam correr pela verba a ela referente, pois nenhuma outra realização estimularia mais intensa e extensamente, o desenvolvimento dêsse vale que a sua aproximação e ligação direta à Capital da República.

A ligação da Capital com todo o *Oeste, Norte, Nordeste* e países vizinhos estaria assegurada, pelas denominadas verbas constitucionais.

É digno de destaque êsse aspeto do problema em que recursos emanados de disposições constitucionais, incidentalmente e, talvez, providencialmente, vêm se entrelaçar num objetivo que conjuga seus diretos e mútuos interesses com a maior aspiração nacional do momento — a mudança da Capital.

Portanto, bem analisado o problema, não haverá sacrifício financeiro na mudança. Não procede em absoluto a campanha derrotista e capciosa de que a situação do país não comporta êsse sacrifício, no momento. Devemos ressaltar que uma grande parcela das realizações necessárias caberão ao capital e iniciativa particulares. Para exemplificar, a título ilustrativo, vamos figurar o planejamento resumido no seguinte quadro, supondo resolvido o problema da situação do Distrito Federal.



## Esquema de Ante-projeto de planejamento da construção da nova Capital

| REALIZAÇÕES                                                                                        | ESPECIFICAÇÕES                                                                                                                                                                                                      | RECURSOS                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 — Estudos para localização da capital.                                                           | Salubridade, clima, acesso. Posição em relação ao sistema circulatório nacional a ser estabelecido em articulação com o existente. Posição em relação às fontes de energia, de abastecimento d'água e de alimentos. | Extraordinários do Governo                                                                                                                    |
| 2 — Projeto.                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                               |
| 3 — Locação.                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                               |
| 4 — Execução.                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                               |
| a) Projeto e ataque imediato das vias de acesso;                                                   |                                                                                                                                                                                                                     | Extraordinários do Governo                                                                                                                    |
| b) decretação de favores e garantias para instalação das fábricas de materiais de construção;      | Fábricas de cimento, cerâmica, serrarias, carpintarias, oficinas mecânicas.                                                                                                                                         | Privados.                                                                                                                                     |
| c) Concessão para estabelecimentos de serviços públicos;                                           | Abastecimento de energia elétrica, águas e esgotos transportes urbanos.                                                                                                                                             |                                                                                                                                               |
| d) Edificação de edifícios públicos;                                                               | A começar pelos que, um estudo de seleção, lhes haja atribuído prioridade.                                                                                                                                          | { Alienação ou locação dos edifícios públicos disponíveis no Rio de Janeiro.                                                                  |
| e) Edificação para o funcionalismo;                                                                | Conforme prioridade selecionada.                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                               |
| f) Edificação para operariado;                                                                     | Conforme prioridade selecionada.                                                                                                                                                                                    | { Financiados pelos Institutos de Previdência.                                                                                                |
| g) Prioridade para as vias essenciais do sistema circulatório em vista da nova posição da capital. | Obedecendo às necessidades essenciais da economia, da política e da estratégia nacionais.                                                                                                                           |                                                                                                                                               |
|                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                     | { Verbas constitucionais (art. 199 e art. 29 das disposições transitórias). Verbas orçamentárias e extraordinárias, do governo, se possíveis. |

Por êsse esquema, que realmente pode ser uma base para o planejamento definitivo, se vê que deverão correr à custa de recursos extraordinários do governo: 1.º) os estudos para localização da cidade, projeto e locação; 2.º) pro-